

Secretarias pretendem fazer parceria em SP

comissão, que será criada na próxima semana, estudará alternativas para regularização de matrículas

GABRIELA ATHIAS

As Secretarias Municipal e Estadual da Educação de São Paulo criarão, na próxima semana, uma comissão com o objetivo de estudar alternativas para regularizar as matrículas e atender crianças de 7 anos incompletos, que não têm vaga assegurada na rede pública. A informação foi dada ao Estado pela presidente do Conselho Estadual de Educação, Nadete Gatti, ontem, durante posse do novo secretário municipal, João Gualberto Meneses. A comissão será formada por técnicos dos dois órgãos e por membros dos conselhos estadual e municipal.

As crianças que não conseguirem vagas no ensino fundamental, de acordo com a proposta do conselho, poderão ser atendidas em classes especiais de pré-escola. Bernadete Gatti disse que essas turmas poderão ser financeiradas pelo Estado e pelo município (em regime de convênio), pelo governo federal (também por meio de convênio) ou até mesmo por instituições internacionais, como o Banco Mundial ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento (por meio de empréstimo). "É uma questão de vontade política e o momento, agora, é de integração entre as duas secretarias", disse Bernadete. "Criança não é estadual, municipal ou federal, é um cidadão", disse Gualberto, no discurso de posse, reforçando a intenção de integrar as duas secretarias.

A cúpula da Secretaria Estadual

da Educação esteve representada na posse de Gualberto pelo secretário-adjunto, Hubert Alquéres, pela titular da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo, Sônia Penin, e pela chefe de gabinete, Zilma Oliveira. A secretária, Rose Neuhaus, continua em Nova York, para, segundo Alquéres, deixar o governador Mário Covas "mais à vontade" para decidir sua permanência no cargo.

A proposta que será apresentada pelo conselho, após garantir as vagas das crianças de 7 anos, como determina a Lei de Diretrizes e Bases, é oferecer matrículas às crianças de 6 anos, por data de nascimento: terá prioridade quem tiver 6 anos e 11 meses e assim sucessivamente. Alquéres espera que todas as crianças nascidas até julho sejam matriculadas na rede estadual.

CONVÊNIOS PODERÃO FINANCIAR TURMAS

Ação – No início deste ano, as matrículas das crianças de 7 anos incompletos foram alvo de ação judicial. O juiz Rodrigo Lobo de Junqueira Enout, da Vara da Infância e Juventude

do Fórum de Pinheiros, chegou a dar uma sentença (em primeira instância) obrigando as escolas a efetuar as matrículas. O deputado estadual Cesar Callegari (PSB) aguarda a publicação da resolução de matrícula da Secretaria Estadual da Educação, no *Diário Oficial do Estado*, para entrar pelo terceiro ano consecutivo na Justiça contra a decisão de não ofertar vagas às crianças de 7 anos incompletos. Segundo ele, entre o período da sentença de Enout e sua cassação pelo Tribunal de Justiça, pelo menos 50 mil crianças de 7 anos incompletos conseguiram matricular-se na rede pública.